



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.1 – Contratação de empresa visando o fornecimento de combustíveis e lubrificantes destinados ao abastecimento e manutenção da frota de veículos do Município de Carvalhos, conforme condições e especificações contidas neste Termo.

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1 – A contratação se justifica pela necessidade da aquisição dos combustíveis e lubrificantes para o abastecimento e manutenção da frota de veículos e maquinários, visando à execução dos serviços públicos básicos essenciais e ininterruptos para a população.

3 - DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

3.1 - Considerando as características dos equipamentos a serem adquiridos, o objeto desta aquisição pode ser caracterizado como bem comum, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente encontrados no mercado correlato, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4 – DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	ALCOOL	L	15000
2	ARLA 32 - 20 litros	BD	100
3	DIESEL	L	105000
4	GASOLINA	L	95000
5	GRAXA PARA ROLAMENTO 160 - 20 litros	BD	260
6	ÓLEO 2T 8017H 1:50 STIHL	LT	160
7	ÓLEO DE FREIO (FLUÍDO)	LT	170
8	ÓLEO DIESEL S10	L	105000
9	ÓLEO HIDRAULICO ATF	L	130
10	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 (MOTOR DIESEL) RIM X R3	LT	270
11	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 (MOTOR DIESEL) RIM X R3 - 20 litros	BD	340



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

Item	Descrição	Unid.	Quant.
12	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 SEMI-SINTÉTICO (GAS/ALCOOL)	LT	300
13	ÓLEO LUBRIFICANTE 68 - 20 litros	BD	200
14	ÓLEO LUBRIFICANTE 90 - 20 litros	BD	200
15	OLEO LUBRIFICANTE WBF-100 - 20 litros	BD	400
16	OLEO TRANS FREIO UMIDO - 20 litros	BD	150

4.1 - Os óleos hidráulicos, lubrificante e graxa deverão ter registro na AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, nos termos da Resolução ANP nº 10, de 07 de março de 2007, contendo nas embalagens as informações claras, em português, conforme disposto no Art.5º da Resolução ANP nº 10, de 07 de março de 2007.

4.2 – Nos termos da Resolução da ANP n.º 22/2014 - A empresa vencedora deverá apresentar declaração de que o(s) produto(s) ofertado(s) possui certificado de uma ou mais das seguintes entidades: American Petroleum Institute - API, International Lubricants Standardization and Approval Committee - ILSAC, Association des Constructeurs Européens d'Automobiles - ACEA, Japan Automobile Standard Organization - JASO, National Marine Manufacturers Association - NMMA ou de especificações de fabricantes de veículos ou equipamentos.

4.3 - NÃO SERÃO ACEITOS LUBRIFICANTES RE-REFINADOS, RECICLADOS OU RECUPERADOS POR QUALQUER PROCESSO QUÍMICO OU INDUSTRIAL. A EMBALAGEM DOS PRODUTOS DEVERÁ SER NOVA E LACRADA, NÃO SENDO PERMITIDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO POR ETIQUETAS, ADESIVOS OU SIMILARES.

4.4 - Qualquer marca mencionada no descritivo tem como objetivo apenas referência de qualidade ou facilitação da descrição dos objetos, podendo ser substituídas por outras equivalentes, similares ou de melhor qualidade, conforme posicionamento do TCU.

5 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

5.1 - A entrega do(s) produto(s) deverá(ão) ser feita(s) na(o) **Departamento de Frotas e Almoxarifado**, localizada(o) na **Av. Esdras Thomaz Salvados, 295, , Centro, Carvalhos**, cabendo ao responsável pelo setor requisitante ou quem ele indicar, conferir e receber.

5.2 - O prazo de fornecimento do(s) produto(s) será de **5 dias** e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento do ofício de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pelo Setor de Compras da(o) Prefeitura Municipal de Carvalhos.

5.3 - O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da administração, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual;

5.4 - O prazo de fornecimento constante no item 5.2 aplica-se apenas para os lubrificantes.



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

5.5 - O prazo de fornecimento dos combustíveis será imediato e deverá ser feito 24 horas por dia, tendo em vista a necessidade do abastecimento dos veículos lotados na Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, dentre outros.

5.6 - O fornecimento dos combustíveis deverá ser realizado na sede da empresa contratada, no endereço indicado na proposta vencedora, admitida uma distância de até 20 km da sede do Município.

5.6.1 - A distância delimitada foi baseada nos princípios da economicidade e da eficiência, visando assegurar e acompanhar a execução de modo satisfatório com celeridade dos serviços, redução de custos e tempo de deslocamento, atendendo à necessidade da Administração.

5.6.2 - A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para o Município, pois, se a distância entre a base e a Contratada for maior que a determinada, a vantagem do "menor preço" ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota.

5.6.3 - O princípio isonômico está assegurado, face ao raio definido, existirem número suficientes de empresas que fornecem combustíveis, mantendo assim o princípio da competitividade.

5.6.4 - A distância fixada no item 5.6 NÃO se aplica ao fornecimento dos lubrificantes.

5.7 - O Município não se responsabilizará pelo fornecimento dos produtos a quaisquer outros veículos, mesmo que de propriedade de seus servidores.

5.8 – O Município reserva-se o direito de incluir, substituir ou excluir quaisquer dos veículos da frota, comunicando previamente à contratada, por escrito.

5.9 - Durante a sua vigência, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e retribuição da Contratante para a justa remuneração dos fornecimentos, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato, situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.10 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Contratada, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico – financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos e documentação correlata (lista de preços da fonte produtora e/ou transportadora, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias primas, etc), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

5.11- Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada, inclusive análise dos preços médios mensais do combustível nas respectivas base, publicado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

5.12 - A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica da Contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do protocolo.

6 – DO TIPO DE JULGAMENTO

6.1 - O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO**, desde que observadas às especificações e demais condições que serão estabelecidas no edital e seus anexos.

7 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 – Não será exigido amostra.

8 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

8.1. O setor competente não aceitará produtos reconicionados, remanufaturados, recarregados ou reciclados, salvo se expressamente autorizado no termo de referência, e não receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

8.2 -

8.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, em atendimento aos critérios sustentáveis.

8.4. - O recebimento provisório, realizado pelo setor competente, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

8.5. O recebimento definitivo, realizado pelo setor competente, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

9 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 – DA CONTRATADA

9.1.1 - Assinar o contrato ou retirar a nota de empenho e manter, durante toda a vigência da mesma, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.1.2 – Entregar os produtos dentro do padrão de qualidade;

9.1.3 - Fornecer os produtos nos locais de entrega previstos neste termo.

9.1.4 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

9.1.5 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto do Edital.

9.1.6 - Credenciar junto ao contratante funcionário que atenderá as requisições dos produtos objeto do edital.

9.1.7 - Os produtos quando cabível necessitam estar de acordo com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (NBR) e demais Normas Internacionais certificadas pela ABNT ainda, atender a legislação pertinente, as de preservação do meio ambiente: Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS/ANVISA e Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990.

9.1.8 - Observar os princípios de sustentabilidade em consonância com art. 3º do Estatuto das Licitações, e observar as normas do INMENTRO quando cabível.

9.1.9 - Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, no prazo de **48 horas**, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.1.10 - A nota fiscal/fatura emitida para o fornecimento de combustíveis deverá conter as seguintes informações:

a. total de litros de combustível fornecido;

b. multiplicação da quantidade de litros pelo preço do combustível, cujo resultado corresponderá ao montante a ser faturado.

c. registro das retenções pertinentes.

9.2 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.2.1 - Emitir Pedido de Compra.

9.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

9.2.3 - Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.

9.2.4 - Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do objeto, se não abordadas no Termo de Referência.

10 - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

10.1. O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado a Administração, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelos fiscais, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

10.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Administração, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo FORNECEDOR, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Administração a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

10.3. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Administração, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo FORNECEDOR, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a Administração, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do FORNECEDOR;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Administração.

11 - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1 - O gerenciamento e a fiscalização da contratação caberão ao(a) Sr(a). **Renata Andrade de Paula - Departamento de Frotas e Almoxarifado**, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, ao seu substituto.

11.2 - Ficam reservados à fiscalização do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para o MUNICÍPIO DE CARVALHOS ou modificação da contratação.

11.3 - As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

11.4 - A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

11.5 - A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva das contratadas, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o MUNICÍPIO DE CARVALHOS ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao MUNICÍPIO DE CARVALHOS dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

12.1 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao Departamento de compras, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

12.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) **Prefeitura Municipal de Carvalhos, CNPJ nº 18.194.217/0001-45 situada a Av. Esdras Thomaz Salvados, 295, Centro, Carvalhos.**

12.3 - O pagamento será efetuado até **30º** dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas.

12.4 – Além da nota fiscal e/ou fatura do fornecimento dos objetos, as empresas deverão apresentar os documentos de regularidade fiscal que estiverem com as datas vencidas, sendo eles:

12.4.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, que também abrange a prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social), dentro de seu período de validade;

12.4.2 – Prova de regularidade com o FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

12.4.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, exigida no art. 642 – A da consolidação das leis do trabalho acrescentado pela lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

12.5 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de vigência será **até 31/12/2021**, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

14 - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O instrumento contratual pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

15 – SANÇÕES

15.1 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

15.1.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência.



MUNICÍPIO DE CARVALHOS

Av. Esdras Thomaz Salvados, nº 295, Centro, Carvalhos - MG

CNPJ: 18.194.217/0001-45

15.1.2 - 05% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

15.1.3 - 10% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Administração, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.2 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela Contratante no prazo máximo de 3(três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

15.3 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

16 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

16.1 – As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis

16.2 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Prefeitura Municipal de Carvalhos, 09/02/2021

Renata Andrade de Paula

Secretário(a) de Departamento de Frotas e Almojarifado